

MARCOS POPP

A EXPANSÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS E A REDUÇÃO DA POBREZA

Monografia apresentada à disciplina Monografia do curso de Ciências Econômicas do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná

Prof. Márcio Cruz

**CURITIBA
2006**

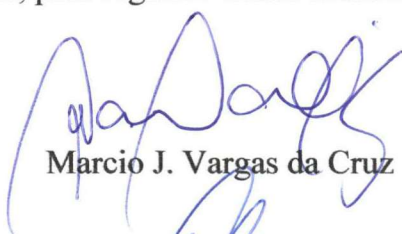
TERMO DE APROVAÇÃO

MARCOS POPP

A EXPANSÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS E A REDUÇÃO DA POBREZA

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel no curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



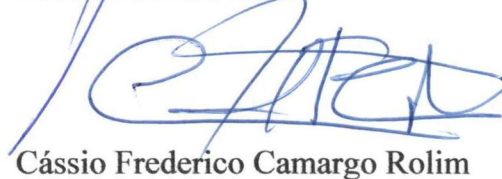
Marcio J. Vargas da Cruz

Membro:



Aldair Tarcísio Rizzi

Membro:



Cássio Frederico Camargo Rolim

Curitiba, 20 novembro de 2006.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	iv
LISTA DE TABELAS.....	v
LISTA DE SIGLAS.....	vi
RESUMO.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
1 O CONCEITO DE POBREZA E SUAS PRINCIPAIS EVIDÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA.....	3
1.1 O CONCEITO E DEFINIÇÃO DE POBREZA.....	3
1.2 ASPECTOS DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA.....	7
2 AS VANTAGENS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E SUAS RELAÇÕES COM A POBREZA.....	14
2.1 MODELOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL E AS VANTAGENS DO COMÉRCIO.....	14
2.2 AS DIFICULDADES DA APLICAÇÃO DAS VANTAGENS COMPARATIVAS PARA O CASO DOS PAÍSES LATINOS.....	18
2.3 ESPECIALIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E A PERDA DOS TERMOS DE TROCA.....	20
2.4 A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL NA AMÉRICA LATINA E A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA.....	22
3 CRESCIMENTO PRÓ-POBRE E A RELAÇÃO COM O COMÉRCIO INTERNACIONAL NA AMÉRICA LATINA.....	28
3.1 O CONCEITO DE CRESCIMENTO PRÓ-POBRE NO ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS.....	29
3.2 ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO CONCEITO DE CRESCIMENTO PRÓ-POBRE NA AMÉRICA LATINA.....	31
CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01.....	11
GRÁFICO 02.....	20
GRÁFICO 03.....	20
GRÁFICO 04.....	24
GRÁFICO 05.....	24

LISTA DE TABELAS

TABELA 01.....06

TABELA 02.....08

TABELA 03.....10

TABELA 04.....12

TABELA 05.....13

TABELA 06.....25

TABELA 07.....25

TABELA 08.....26

LISTA DE SIGLAS

BM	BANCO MUNDIAL
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
OMC	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
ÚNICA	UNIÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RESUMO

A intensificação do comércio internacional na América Latina contribuiu para a promoção do crescimento econômico da região, possibilitando consideráveis incrementos nas exportações e o acesso a produtos importados mais competitivos que os nacionais. No entanto, os indicadores referentes a pobreza na região demonstram que esta permaneceu estável durante o período analisado, indicando que apesar da ocorrência de crescimento econômico não houve uma redução na pobreza. Desta forma, o conceito de crescimento pró-pobre, também objeto deste estudo, demonstra a necessidade de uma atenção maior às pessoas mais pobres. A adoção de políticas complementares à intensificação do comércio internacional mostra-se como uma alternativa para a redução da pobreza.

INTRODUÇÃO

O crescimento e a expansão da participação da América Latina no comércio internacional trouxe muitas mudanças para a região. A especialização em determinados setores produtivos, o deslocamento de mão-de-obra entre os setores, o investimento em novas indústrias aproveitando-se do surgimento de novas oportunidades, a extinção de empresas menos competitivas em decorrência da entrada de concorrentes externos, são algumas das muitas mudanças que ocorreram. Todas estas transformações nas economias da região alteraram significativamente a vida dos indivíduos latinos, principalmente daqueles que são mais vulneráveis às alterações econômicas e possuem uma maior dificuldade para se aproveitar das novas oportunidades que então surgiram, os indivíduos que vivem na pobreza.

A verificação dos impactos da intensificação do comércio internacional da América Latina sobre a redução da pobreza na região é o objeto de estudo deste trabalho. A análise da evolução da participação do bloco no comércio mundial e do comportamento dos índices referentes à pobreza será o ponto de partida para o estudo.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo traz primeiramente o conceito de pobreza de forma generalizada e de acordo com os principais órgãos multilaterais que estudam o tema, posteriormente é apresentado de forma sucinta um panorama geral da situação da pobreza na região em estudo. O segundo capítulo trata das teorias de comércio internacional que demonstram os ganhos e as mudanças advindas das trocas entre os países. Alguns pontos relacionados aos impactos que o comércio pode trazer sobre as famílias que vivem na pobreza, de acordo com as teorias apresentadas, serão analisados também neste capítulo. No terceiro capítulo será apresentado o conceito de crescimento pró-pobre, de acordo com as instituições internacionais que através de suas ações de alguma forma influenciam o comércio internacional dos países latinos.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho esta baseada na análise dos dados disponibilizados pelos principais organismos internacionais que estudam e orientam os acordos institucionais multilaterais relacionados ao comércio

mundial e também avaliam a evolução da pobreza nos países latinos. O primeiro passo para o desenvolvimento deste trabalho é a compreensão do que é pobreza e qual a sua dimensão na América Latina. A consideração de alguns pressupostos das teorias de comércio internacional clássicas e de conceitos desenvolvidos pela CEPAL com relação às trocas entre os países, orienta a análise da evolução do comércio internacional latino. Para a verificação da relação entre a evolução do comércio exterior da região com a redução da pobreza, é realizada uma análise da evolução dos indicadores de comércio internacional e do comportamento dos indicadores referentes à pobreza no período de 1990 até 2000.

1 O CONCEITO DE POBREZA E SUAS PRINCIPAIS EVIDÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA

Com o objetivo de analisar as questões relativas a situação da pobreza na América Latina, considerando o período compreendido entre 1990 e 2000, é fundamental a compreensão do conceito de pobreza e de suas formas de mensuração. Este capítulo buscará demonstrar alguns conceitos de pobreza de acordo com as principais instituições internacionais que avaliam a situação social e econômica dos países latinos, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas e o Fundo Monetário Internacional. Outro importante ponto para o entendimento e análise das questões relativas à pobreza é a origem e composição das linhas de pobreza utilizadas pelos órgãos acima mencionados, o que também será objeto de estudo deste capítulo.

O segundo tópico a ser abordado após a apresentação dos conceitos referentes à pobreza é a situação dos países latinos no período de estudo com relação às alterações nos índices de pobreza.

1.1 CONCEITO E DEFINIÇÃO DE POBREZA

O conceito de pobreza é encontrado de forma sintetizada em alguns autores que trabalham este tema. Porém, pode ser apresentado também de acordo com os interesses específicos de algumas instituições internacionais que realizam estudos relacionados com a pobreza nos países. Para a demonstração conceitual de pobreza será utilizada a definição segundo ROCHA (2003), e também a utilizada pelo Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização das Nações Unidas (ONU).

A pobreza, embora seja um fenômeno de grande complexidade, pode ser definida de forma geral como sendo a situação onde as necessidades básicas do indivíduo não são atendidas adequadamente, conforme ROCHA (2003). Esta definição leva em consideração o grupo e o tipo de sociedade em que a pessoa está inserida.

Nesta definição é encontrada também a diferenciação entre pobreza absoluta e pobreza relativa, o que é importante distinguir para poder realizar uma abordagem mais precisa sobre casos mais específicos de estudo da pobreza. Pobreza absoluta relaciona-se com as questões de sobrevivência física, isto é, a impossibilidade de atendimento das necessidades mínimas para a manutenção da vida dos indivíduos. Por outro lado, pobreza relativa esta relacionada à satisfação das necessidades das pessoas considerando o modo de vida da sociedade em que elas convivem, tomando como premissa que o atendimento das necessidades vitais já é garantido, como acesso à água potável, serviços básicos de saúde, habitação e alimentação, (ROCHA, 2003).

Para tornar os estudos sobre pobreza mais claros é utilizada a renda como parâmetro para definir quem é considerado pobre em uma determinada sociedade. Sendo assim, estabelece-se um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades mínimas para a sobrevivência, convencionalmente chamado de linha de indigência. Existe também, e mais comumente usado, a determinação de um valor para o atendimento das necessidades médias de um indivíduo em uma dada população, a chamada linha de pobreza, como encontrado em ROCHA (2003).

Um exemplo apresentado em ROCHA (2003), demonstra que a utilização de linhas de pobreza para medir o número de indivíduos que se encontram abaixo dos valores estabelecidos pode variar entre os países, por isso a União Européia (UE) estabeleceu a utilização de linhas de pobreza relativa. A linha utilizada na UE para os países membros foi de 60% do rendimento médio em cada país, sendo um exemplo de utilização do conceito de pobreza relativa. No entanto, para o caso dos países em desenvolvimento é necessária a utilização do conceito de pobreza absoluta, visto que em grande parte da população não se verifica o atendimento das necessidades mínimas para manutenção da vida. Neste caso geralmente utiliza-se valor definido pelo Banco Mundial, que é \$1 por dia/*per capita*, para a determinação do contingente populacional que vive na pobreza.

A conceituação de pobreza em sua forma generalizada pode ser utilizada considerando as definições acima apresentadas, porém, as instituições internacionais buscam uma melhor forma para mensurar o nível de pobreza em cada região, partindo

de abordagens que contemplem uma definição mais ampla e permitam a realização de estudos mais detalhados. Estas definições podem deixar a questão da renda como fator determinante do nível de pobreza e a questão do atendimento das necessidades básicas como critérios complementares de avaliação, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o IPH (Índice de Pobreza Humana).

Como ponto de partida para os trabalhos relacionados ao tema pelo Banco Mundial, o conceito de pobreza pode ser encontrado em WINTERS (1990), e em muito se assemelha a definição apresentada acima. Basicamente, é considerado como pobreza a impossibilidade de um indivíduo atender as suas necessidades básicas para a sobrevivência em uma determinada sociedade.

A definição de pobreza, bem como as suas formas de mensuração, utilizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) diferem da sistemática utilizada pelo Banco Mundial. Nas metas de desenvolvimento para o milênio, a ONU revela a sua preocupação com o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, isto é, com menos de um dólar por dia, que é a mesma linha tomada como base para estimativas em estudos do Banco Mundial, porém a preocupação da ONU vai além da questão da renda dos indivíduos como pode ser visto no Human Development Report 2005. Neste relatório o foco da organização com relação às questões voltadas à pobreza pode ser considerado abrangente, uma vez que tomam em conta também o grau de liberdade, a qualidade da saúde e o nível de instrução dos indivíduos.

Para poder mensurar de uma forma mais abrangente o nível de desenvolvimento dos países a ONU utiliza o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Este índice é composto por três dimensões básicas que caracterizam o grau de desenvolvimento humano, que são: vida longa e com saúde, acesso a educação e um padrão de vida com qualidade, PNUD (1998). A primeira variável tomada é a expectativa de vida ao nascer, a segunda variável é dada pela medida da escolaridade média dos indivíduos e por fim o padrão de vida é mensurado através do Produto Interno Bruto (PIB) real *per capita*. O IDH compreende valores entre zero e 1, sendo que quanto mais próximo de um, maior é o nível de desenvolvimento humano do país. Os países são classificados como baixo desenvolvimento humano quando seu IDH

situa-se abaixo de 0,5 e médio desenvolvimento humano se situados entre 0,5 e 0,8. Os países com IDH acima de 0,8 são considerados de alto desenvolvimento humano.¹

TABELA 01: IDH AMÉRICA LATINA, 1997.

PAÍS	IDH
ARGENTINA	0,827
BOLÍVIA	0,589
BRASIL	0,739
CHILE	0,844
COLÔMBIA	0,768
EQUADOR	0,747
MÉXICO	0,786
PARAGUAI	0,706
PERU	0,717
URUGUAI	0,826
VENEZUELA	0,792

FONTE: ONU, 1997.

Assim como as duas instituições apresentadas anteriormente, o Fundo Monetário Internacional (FMI), utiliza um conceito de pobreza e algumas formas para a sua mensuração na realização de estudos sobre esta questão nos países aos quais assiste financeiramente. Para medir a quantidade de pessoas que vivem na pobreza o FMI considera a renda como parâmetro, utilizando-se de linhas de pobreza que admitem que pessoas que vivem com menos que o equivalente a um dólar por dia são pobres, tal como o Banco Mundial.²

As definições de pobreza de acordo com as instituições multilaterais são convergentes, no entanto as diferenças são encontradas com relação à forma de mensuração. O Banco Mundial e o Fundo Monetário utilizam um indicador unidimensional baseado no fator renda, por outro lado, a ONU utiliza indicadores multi-dimensionais, como o IDH e o IPH. Estes indicadores consideram outras variáveis além da renda, como a taxa de mortalidade, expectativa de vida e nível educacional.

¹ Maiores detalhes sobre o IDH podem ser encontrados em: IPEA/PNUD/FJP (1998), **Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores brasileiros**, Brasília, IPEA, 1998.

² É possível verificar de forma mais clara o posicionamento do FMI com relação à pobreza no artigo: **Oportunidades na América Latina**. Abril, 2005. Disponível em :[http:// www.imf.com](http://www.imf.com).

Após a apresentação de como os órgãos internacionais, que serão utilizados como referência e informações relativas à pobreza na América Latina, consideram conceitualmente e estatisticamente a situação e o número de pobres na região, pode-se iniciar a análise da questão na região. O próximo tópico terá como objetivo, utilizando-se dos dados apresentados abordar a situação dos países latinos em relação à pobreza.

1.2 ASPECTOS DA POBREZA NA AMÉRICA LATINA

Ao se falar de pobreza na América Latina, deve-se tomar o cuidado com generalizações, pois se trata de uma região composta por países que apresentam características muito distintas. Por um lado existem alguns países como o Brasil e o Chile, que apresentam dados que revelam ser países com um índice menor de incidência de pobreza, e por outro lado existem alguns países como a Bolívia e a Colômbia onde mais da metade da população vive na pobreza, conforme dados do BANCO MUNDIAL (2005).

Os dados que demonstram a situação da região no período em estudo podem ser divididos em termos de indicadores sociais e econômicos. Neste tópico de estudo serão expostas primeiramente as informações de caráter social, evidenciando a questão da pobreza nos países analisados, posteriormente serão abordadas as questões econômicas.

O ponto de partida para o estudo situa-se na constatação da existência de cerca de 49 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza na América Latina no início da década de noventa, considerando uma linha de pobreza de U\$1/dia, de acordo com dados do Banco Mundial. Este mesmo índice passou para 54 milhões de pessoas no final da década. No entanto, se considerado uma linha de pobreza de U\$2/dia, estes números passam para 125 milhões no início da década e para 127 milhões no ano 1999, de acordo com dados do BANCO MUNDIAL (2005). A relevância destes valores demonstra a gravidade da situação na região e a necessidade de políticas voltadas a uma redução no número de pessoas pobres.

TABELA 02: POPULAÇÃO DA AMÉRICA LATINA ABAIXO DA LINHA DA POBREZA

POPULAÇÃO ABAIXO DA LINHA DA POBREZA (%)		
País	1990	2000
Argentina	19,8	19,3
Bolívia	63,2	62,7
Brasil	23,9	22
Chile	19,9	17
Colômbia	60	64
Equador	35	33,7
Paraguai	21,8	21,7
Peru	53,5	49
Uruguai	ND	ND
Venezuela	31,3	31,2

FONTE: Banco Mundial, 2005.

Tomando como base à conceituação generalizada de pobreza acima apresentada, um ponto importante a ser considerado é a satisfação das necessidades alimentares dos indivíduos. Para tanto é interessante observar o número de pessoas que se encontram em estado de subnutrição, dado que permite observar se estas necessidades alimentares estão sendo atendidas corretamente.

Pode-se realizar esta análise observando os índices disponíveis nos indicadores de desenvolvimento mundial do Banco Mundial (World Development Indicators, 2005), os quais demonstram algumas semelhanças entre os países latinos, isto é, em sua maioria os países apresentam elevada proporção da população subnutrida, algo em torno de 15% no início dos anos noventa e 10% no final da década. Em linhas gerais os países conseguiram uma redução neste índice, excetuando-se a Argentina que se manteve estável, porém, esta conta com o índice mais baixo da região 3%, e também a Venezuela, onde o número passou de 11% para 17% no final do período estudado.

Um outro dado importante para a análise da pobreza é a disponibilidade de fontes de água tratada prontas para o consumo. Segundo dados do BANCO MUNDIAL (2005), em 1990 aproximadamente 18,3% da população da região não tinha acesso à água tratada, porém para o ano de 2002 esse percentual cai para 11,4% da população, revelando uma evolução no atendimento desta necessidade. Avaliando

esta questão, todos os países conseguiram bons resultados na redução do número de pessoas sem o acesso a água própria para o consumo.

Lado a lado com a necessidade da obtenção de água de boa qualidade para o consumo e a possibilidade de uma boa alimentação, está o acesso aos serviços básicos de saúde, os quais se refletem nas taxas de mortalidade infantil e na expectativa de vida ao nascer. De acordo com dados do BANCO MUNDIAL (2005), a população latina conseguiu mais acesso aos serviços médicos básicos por conta de um aumento de 17% no número de profissionais da saúde no período compreendido entre 1990 e 1999.

Com relação à taxa de mortalidade infantil e a expectativa de vida ao nascer, no período analisado constatou-se que ocorreu um significativo progresso. Sendo que a expectativa de vida média na América Latina subiu de 68,4 anos em 1990 para 71,6 em 1999, apresentando uma elevação de 3,2 anos, o que demonstra que houve no período uma melhoria na qualidade de vida da população em geral. Da mesma forma a taxa de mortalidade infantil, mesmo permanecendo em um nível considerado elevado recuou, situando-se em 23,4 óbitos para um grupo de mil nascimentos em 1999. O valor para o mesmo dado em 1990, era de 38,3 óbitos para cada mil nascimentos, (BANCO MUNDIAL, 2005). Estes dados se comparados demonstram que ocorreu uma evolução no combate à pobreza e suas causas na região, e mesmo que os números sejam altos, as variações foram positivas em todos os países e implicam em significativas melhorias.

Para concluir esta sucinta apresentação de algumas evidências da pobreza na América Latina e procurando dimensionar o seu tamanho e as suas principais localizações, é oportuno salientar que existem diferenças entre os países com relação ao número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza. Os casos extremos podem ser apontados como sendo a Bolívia, a Colômbia e o Peru, aonde o índice situa-se ou ultrapassa 50% da população, para uma linha de pobreza de US\$ 1/dia. Países como o Brasil, a Argentina e o Chile apresentam valores bem mais baixos, situando-se em torno 20% da população, de acordo com o BANCO MUNDIAL (2005).

Para o período em estudo, o índice de pessoas desempregadas cresceu consideravelmente em todos os países, sendo que este era de 7,26% da população latina em 1990 e de algo em torno 11,4% para o ano de 1999, segundo dados disponibilizados pelo Banco Mundial. Neste mesmo espaço de tempo outra questão que pode ser destacada é o aumento da participação feminina na composição da força de trabalho, sendo que chegou a aproximadamente 36% no ano de 1999, apresentando um aumento de 4% em dez anos.

Com relação ao crescimento econômico dos países da América Latina, estes cresceram na maioria a taxa expressiva. Sendo que países como a Argentina triplicaram o seu PIB no período entre 1990 e 2000. Neste período o país que apresentou o menor crescimento foi o Brasil, como mostra a tabela 02.

TABELA 03: O CRESCIMENTO DO PIB AMÉRICA LATINA (1997-2000)

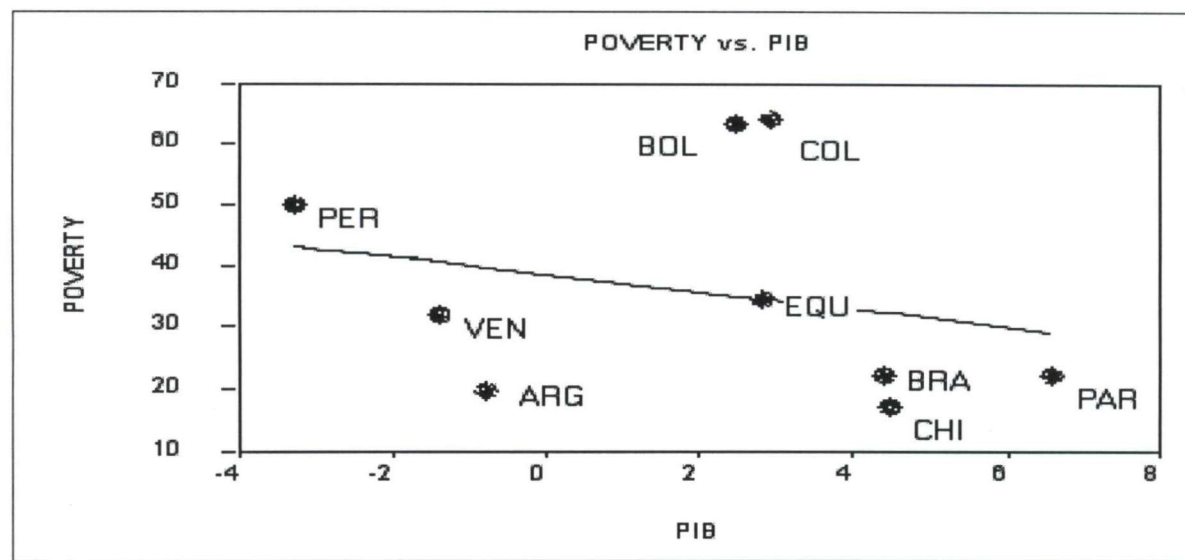
Crescimento do PIB %				
	1997	1998	1999	2000
Argentina	8,1	3,9	-3,4	-0,8
Bolívia	5,0	5,0	0,4	2,5
Brasil	3,3	0,1	0,8	4,4
Chile	6,6	3,2	-0,8	4,5
Colômbia	3,4	0,6	-4,2	2,9
Equador	4,1	2,1	-6,3	2,8
México	6,8	5,0	3,8	6,6
Paraguai	3,0	0,6	-1,5	-3,3
Peru	6,9	-0,7	0,9	3,0
Uruguai	5,0	4,5	-2,8	-1,4

FONTE: Banco Mundial, 2005.

O crescimento econômico é fundamental para uma redução permanente no número de pessoas vivendo na pobreza. No entanto, um entrave para que isto ocorra é a questão da distribuição de renda. Conforme WINTERS (1990), se os países não tiverem problemas com a distribuição de renda, o número de pessoas vivendo na pobreza deverá cair conforme aumentar o crescimento econômico.

O gráfico a seguir demonstra a relação entre crescimento do Pib e redução na pobreza, os valores são percentuais para o ano de 2000. Os países que possuem o menor índice de pobreza foram os que mais cresceram neste ano, porém, considerando a década toda, não se verifica este mesmo fenômeno.

GRÁFICO 01: RELAÇÃO PIB/POBREZA



Fonte: Elaboração Própria.

Nota: Dados do Banco Mundial 2000.

Um último ponto a ser abordado e de grande impacto nas questões relativas à pobreza é a distribuição de renda. Para a mensuração da distribuição de renda nos países é utilizado o índice de Gini, que atribui valores de zero a um para cada país, onde o valor zero representa perfeita igualdade e 1 representa total concentração de renda. De acordo com os dados disponibilizados pelo BM os países mais desiguais na região são: Brasil, Chile, Colômbia e Paraguai, com um índice superior a 0,55. Do outro lado os países que podem ser considerados menos desiguais na região são: Bolívia, Equador e Uruguai, apresentando valores em torno de 0,45. O que, no entanto, ainda são valores considerados altos.

TABELA 04: ÍNDICE DE GINI AMÉRICA LATINA, 2000.

Índice de Gini	
País	2000
Argentina	0,522
Bolívia	0,447
Brasil	0,593
Chile	0,571
Colômbia	0,576
Equador	0,437
Paraguai	0,578
Peru	0,498
Uruguai	0,446
Venezuela	0,491

FONTE: Banco Mundial, 2005.

Nos capítulos que seguem será demonstrado como algumas teorias são utilizadas para justificar a intensificação do comércio mundial, no entanto, alguns pontos podem ser questionados quanto à eficácia dessas teorias para a redução da pobreza. Este tema tem sido amplamente discutido atualmente, por se vincular a abertura comercial como um componente fundamental para o crescimento econômico dos países. A abertura comercial, em especial dos países em desenvolvimento, como é caso da América Latina, leva a grandes impactos em sua economia interna, o que por consequência acaba por alterar a qualidade de vida dos indivíduos. A liberalização comercial é geralmente um fator importante para a redução da pobreza, pois esta possibilita a cada país explorar melhor o seu potencial produtivo, a participar do processo de crescimento global e a diminuir barreiras intervencionistas, (WINTERS, 1990).

Muito embora seja pregada a liberalização comercial, a presença de barreiras à entrada de produtos estrangeiros e de práticas de favorecimento de alguns grupos é muito comum dentro dos países. Com vistas a corrigir estes entraves ao livre comércio e na tentativa de propiciar um ambiente comercial mais justo, a OMC (Organização Mundial do Comércio) deu início a Rodada de Doha em 2001. Na tabela a seguir é mostrado o percentual das tarifas médias aplicadas pela União Européia (UE) e pelos Estados Unidos (EUA) para a importação de produtos de origem agrícola, o percentual

da tarifa máxima considerou as tarifas intra e extra quota para os EUA e tarifas extra quotas para a UE.

TABELA 05: TARIFAS PARA PRODUTOS DE ORIGEM AGRÍCOLA, 2000.

TARIFAS APLICADAS AOS PRODUTOS AGRÍCOLAS		
	EUA	UNIÃO EUROPÉIA
TARIFA MÉDIA	12,4%	29,3%
TARIFA MÁXIMA	350,0%	277,2%

FONTE: ICONE, 2000.

Esta rodada de negociações tem por objetivo discutir a redução ou eliminação de tarifas para o caso do mercado de bens não agrícolas. Outro ponto de suma importância para os países em desenvolvimento é a discussão em torno das restrições quantitativas impostas pelos países desenvolvidos, a prática de barreiras tarifárias e não tarifárias, os níveis elevados de subsídio. As negociações sobre os serviços também foram incorporadas nesta nova rodadas de discussões, trazendo a possibilidade de um aumento da participação dos países em desenvolvimento nesta área de comércio.

Estas negociações iniciadas na Rodada de Doha mostram que, mesmo sendo defendido o comércio internacional como fundamental para o crescimento econômico dos países, e por consequência uma forma de se reduzir a pobreza, muitas são as barreiras encontradas ao livre comércio. No capítulo a seguir serão apresentados modelos de comércio internacional que mostram as vantagens do comércio, porém serão levantadas questões relativas a sua eficácia no combate a pobreza, buscando desta forma avaliar a contribuição da evolução do comércio exterior na América Latina na redução da pobreza na região.

2 AS VANTAGENS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E SUAS RELAÇÕES COM A POBREZA

Neste capítulo será apresentada uma síntese de alguns pressupostos e principais resultados de alguns modelos de comércio internacional, considerando suas vantagens e seus principais efeitos sobre as condições de vida da população dos países nele inseridos, neste caso tomando em conta os países da América Latina. Esta abordagem se dará sob a ótica clássica e neoclássica. Inicialmente será discutido algumas hipóteses levantadas pela teoria das vantagens comparativas elaborada por David Ricardo. Na sequência serão considerados alguns pontos do modelo dos fatores específicos desenvolvido por Paul Samuelson e Ronald Jones. Um terceiro modelo a ser analisado como modelo teórico é o modelo de comércio internacional de Heckscher-Ohlin. A discussão desenvolvida pela CEPAL (Comissão de Estudos para América Latina e Caribe), com relação à deterioração dos termos de troca e as relações entre os países centrais e periféricos também será abordada neste capítulo.

2.1 MODELOS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL E AS VANTAGENS DO COMÉRCIO

O primeiro modelo de comércio internacional a ser considerado é a teoria das vantagens comparativas elaboradas por Ricardo, é um modelo simples que procura demonstrar como os países podem obter ganhos com o comércio externo. Neste modelo o fator que define as possibilidades de trocas entre os países é a produtividade do trabalho, possibilitando aos países obterem vantagens com as transações internacionais, segundo RICARDO (1965). Neste tópico será avaliado como os países podem obter vantagens absolutas e comparativas na produção de bens para a comercialização externa.

Para se compreender melhor a distinção entre vantagens absolutas e comparativas pode-se observar as definições encontradas em KRUGMAN (2004). Quando um determinado país pode produzir uma unidade de um dado produto utilizando-se de menos trabalho que em outro país, pode-se dizer que o primeiro país

possui vantagens absolutas na produção deste produto específico. Porém de outro lado, um país detém vantagem comparativa na produção de um bem, se o custo de oportunidade da produção deste bem em termos de outros bens, é mais baixo que em outros países. Neste caso, o custo da produção é considerado basicamente em termos de trabalho, isto é, o quanto de trabalho foi necessário para a produção de uma unidade do bem em questão. Partindo do princípio que os países produzirão os bens em que possuem vantagens comparativas, ambos os envolvidos poderão se beneficiar do comércio internacional.

No modelo de comércio internacional dos fatores específicos elaborados por Paul Samuelson e Ronald Jones, é considerada a existência de fatores de produção específicos a certos tipos de produtos, como é o caso da produção de alimentos que utiliza certa quantidade de terra e trabalho em sua produção. Outro caso de fatores específicos para a produção é o das manufaturas, que se utiliza basicamente de trabalho e de capital em sua produção, de acordo com KRUGMAN (2004).

No modelo dos fatores específicos ocorrem efeitos sobre a distribuição de renda, uma vez que mudanças nos preços de um determinado produto fazem com que os seus produtores procurem aumentar a sua produção, visando obter mais ganhos com o maior preço. Este aumento na produção provoca um aumento na demanda por trabalho neste setor, desta forma elevando o salário oferecido aos trabalhadores empregados na produção deste bem. Este aumento dos salários provoca um deslocamento de trabalhadores em direção ao maior salário. Porém, esta transição de trabalhadores de um setor para outro ocorrerá até que os salários em ambos os setores se igualem, (KRUGMAN, 2004).

Ao se considerar um aumento no preço das manufaturas, os trabalhadores terão seus salários reduzidos em termos de produtos manufaturados e aumentados em relação aos alimentos. Neste caso os trabalhadores terão ficado em melhor situação dependendo da importância das manufaturas, relativamente à dos alimentos em seu consumo. Para esta situação os proprietários de capital terão seus lucros aumentados, tendo em vista que o preço aumentou proporcionalmente mais que os salários e a quantidade produzida também aumentou. Neste mesmo exemplo, os proprietários de

terra foram os que ficaram numa situação pior, pois o salário real em termos de alimentos aumentou, diminuindo a renda dos proprietários de terras, (KRUGMAN, 2004).

Através dos modelos específicos, fica claro que os fatores específicos dos setores de exportação ganham com o comércio, enquanto por outro lado os fatores específicos da produção de bens dos setores que concorrem com as importações perdem com o comércio. Os fatores que podem ser utilizados em ambos os setores produtivos podem ganhar ou perder, visto que podem se deslocar para o setor que está em crescimento em virtude do comércio internacional, (KRUGMAN, 2004).

Outros pressupostos que serão utilizados na análise do comércio internacional neste trabalho provém do modelo de Heckscher-Ohlin. Este modelo foi desenvolvido por dois economistas suecos, Eli Heckscher e Bertil Ohlin.³ A ocorrência de comércio de acordo com este modelo está fundamentada na diferença de disponibilidade de recursos existentes nos países como fonte do comércio, isto é, a relativa abundância de determinados produtos ou a escassez de alguns outros, determinarão o que este país pode produzir de forma competitiva. O que irá determinar o que será produzido em cada um dos países envolvidos no comércio internacional, é a existência de recursos em abundância e de acordo com as necessidades de produção, conforme KRUGMAN (2004).

No modelo de Heckscher-Ohlin, fica evidente que uma economia será mais eficaz se ela produzir os produtos que se utilizam intensivamente dos recursos que existem em abundância no país. Conseqüentemente esta economia exportará estes bens que foram produzidos com os recursos em que possui abundância. Esta forma de comércio tem impactos significativos sobre a distribuição de renda, uma vez que os proprietários dos recursos fartos irão ganhar com o comércio e os proprietários dos recursos que são escassos irão perder com o comércio, (KRUGMAN, 2004).

Para verificar a aplicabilidade do modelo de Heckscher-Ohlin, é necessário primeiramente definir qual tipo de fator produtivo o produto em questão utiliza

³ Os modelos de comércio internacional citados neste trabalho se encontram em: KRUGMAN, PAUL R. *Economia Internacional: economia e política*. São Paulo; Pearson, 2004.

intensivamente. Utilizando como exemplo a produção de alimentos, esta é intensiva em terra e trabalho, logo um país com uma alta proporção terra/mão-de-obra será mais eficiente na produção de alimentos que um país com uma proporção terra/mão-de-obra menor. De acordo com KRUGMAN (2004), aumentos nos preços dos bens que são intensivos na utilização de trabalho deslocam a distribuição de renda em benefício dos trabalhadores, que terão seus salários reais aumentados em termos dos bens produzidos na economia. Considerando os efeitos produzidos pelo comércio internacional sobre os preços relativos dos bens, de acordo com o modelo analisado, e a relação destes com os ganhos relativos dos recursos produtivos, conclui-se que ocorrem grandes alterações na distribuição de renda dentro do país, (KRUGMAN, 2004).

Uma outra visão do comércio internacional que pode ser utilizada como instrumento para análise das relações comerciais da América Latina foi elaborado pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe). Tendo como grande representante do pensamento cepalino o economista argentino Raúl Prebisch, que através do seu estudo “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas”, de 1949, deu o início ao desenvolvimento das idéias da CEPAL.

O conceito fundamental elaborado pela teoria cepalina estava baseado no conceito de centro-periferia, considerando assim uma abordagem estruturalista dos países da periferia latino americana, analisando suas estruturas e a sua inserção internacional. Desta forma procurava-se demonstrar que a difusão dos progressos tecnológicos e a distribuição dos seus ganhos ocorriam de maneira desigual na economia mundial, (FUSFELD, 2001). A periferia estava destinada a produzir produtos de origem agrícola e matérias-primas, a um baixo custo para os centros industriais, e estes devido à rápida difusão do progresso tecnológico em seus processos produtivos, o que fez elevar a produtividades em todos os setores da economia, a produzir os bens intensivos em tecnologia e capital.⁴

A teoria da deterioração dos termos de troca elaborada por Prebisch demonstra que, ao contrário a teoria das vantagens comparativas, os ganhos do

⁴ FUSFELD, DANIEL. *A era do economista*. São Paulo; Saraiva, 2001.

comércio internacional aumentavam a disparidade entre países ricos e pobres. Isto porque as transferências dos ganhos de produtividade através do comércio se processavam da periferia para o centro, ao invés do contrário ocorrer, (FUSFELD, 2001). Desta forma, mesmo que a renda mundial aumentasse, a demanda por produtos primários, como insumos básicos à produção e produtos agrícolas, aumentaria proporcionalmente menos, por outro lado a demanda por produtos industrializados dos países periféricos aumentaria nas mesmas proporções que os aumentos na renda mundial. Isto ocorreria pelo fato da elasticidade renda da demanda dos produtos primários ser menor que a elasticidade renda da demanda dos produtos industrializados, isto implica que os produtos industrializados são mais sensíveis a aumentos na renda mundial.

2.2 AS DIFICULDADES DA APLICAÇÃO DAS VANTAGENS COMPARATIVAS PARA O CASO DOS PAÍSES LATINOS

Considerando o modelo ricardiano de comércio internacional, fica evidente a posição favorável dos países latinos na produção de matérias-primas e de produtos agrícolas. A região conta com países que lideram o comércio internacional de alguns produtos, como o açúcar e a soja do Brasil, país que é o maior produtor mundial destes, segundo dados da UNICA (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo).

Um das grandes questões acerca do padrão de comércio internacional praticado na região, se refere às dificuldades de acesso aos mercados externos por parte dos países latinos. Esta dificuldade decorre da utilização de políticas protecionistas e subsidiárias dos países mais ricos, protegendo os setores internos dos bens em que justamente os países pobres detêm vantagens em sua produção, os setores agrícolas e de produtos primários. Grandes exemplos são a produção de algodão na região, que compete injustamente com a produção americana, a qual é fortemente subsidiada pelo governo. O açúcar produzido no Brasil enfrenta o mesmo problema no comércio mundial, pois no país latino ele é produzido a um custo de \$280,00 a tonelada e concorre com o açúcar europeu, que mesmo tendo um custo de produção de

\$660,00 chega ao mercado mundial a \$241,00, de acordo com dados da UNICA (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo).

Seguindo o raciocínio dos modelos ricardianos e de Heckscher-Ohlin, ambos os países se beneficiariam do comércio mundial, se estes comercializassem os bens produzidos internamente com vantagens em comparação aos produzidos no outro país, e se focassem na produção dos bens em que possuem fatores produtivos em abundância. O problema central é que os países latinos são mais competitivos na produção de bens primários, isto é, agrícolas e matérias-primas, produtos que possuem um baixo valor agregado e competem com concorrência injusta dos países desenvolvidos, que contrariando as teorias acima, forçam as exportações de produtos em que não detêm vantagem e às vezes não contam com recursos abundantes para a sua produção.

O fator principal na análise da existência de vantagens comparativas em alguns setores produtivos na América Latina está ligado à abundância dos recursos naturais. A disponibilidade de grandes áreas para o cultivo, clima adequado e água abundante na maior parte do território, torna a produção de alimentos e outros produtos primários muito competitivos em relação à produção dos demais países do comércio mundial. No entanto, na maioria das vezes os bens produzidos não são intensivos em mão-de-obra, e sim em terra, o que precisaria ser o inverso para que os aumentos na demanda por estes produtos, decorrentes de uma intensificação do comércio internacional se refletissem em um aumento expressivo do emprego na região. Um exemplo que deixa este fato bem claro é o caso da produção da soja na região, um produto que é plantado em grandes extensões do Brasil e da Argentina, porém, utiliza pouco trabalho, considerando que a maior dele é realizada por máquinas.⁵

2.3 ESPECIALIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS E A PERDA DOS TERMOS DE TROCA

⁵ Dados sobre a produção de soja disponível em: <http://www.ibge.gov.br/economia/indicadores/agropecuaria>

Os gráficos que seguem podem ser utilizados para tornar claro o volume do comércio da América Latina, e ainda permite visualizar a grande diferença entre a natureza das exportações da região e das importações, os dados são referentes ao período de 1990 a 2000.

GRÁFICO 02: EXTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES LATINAS 1990/2000



FONTE: BANCO MUNDIAL, 2005.

GRÁFICO 03: EXTRUTURA DAS IMPORTAÇÕES LATINAS 1990/2000



FONTE: BANCO MUNDIAL, 2005.

Observando os gráficos que demonstram a participação de cada setor no volume de exportações e importações da região, fica clara a preponderância dos produtos primários nas exportações. Por outro lado, a grande maioria das importações é de produtos industrializados dos países desenvolvidos, de acordo com dados do Banco Mundial.

O grande problema que decorre desta situação, é que os produtos primários têm uma baixa elasticidade renda da demanda, enquanto os produtos industrializados possuem uma alta elasticidade renda da demanda. Desta forma a resposta frente aumentos na renda mundial é diferente para cada caso. Para o caso dos produtos primários o aumento na demanda é pequeno, enquanto que para o caso dos produtos industrializados a demanda aumenta de forma considerável em consequência de aumentos na renda mundial, de acordo com TOLFO (1994).

A especialização na produção de produtos primários na América Latina decorre da abundância de recursos naturais na região e da grande disponibilidade de mão-de-obra. Considerando a teoria das vantagens comparativas de Ricardo, naturalmente estes países obteriam maiores benefícios na produção destes bens que fossem produzidos com estes insumos. Porém ao se considerar os ganhos de produtividade, nos países desenvolvidos o preço dos produtos industrializados seriam reduzidos em virtude de aumentos na produtividade, desta forma reduzindo o custo dos produtos a serem trocados com os países periféricos. No entanto, nos países periféricos não ocorreria redução dos preços dos produtos primários, já que a produtividade não teria aumentado em nível suficiente para uma considerável redução nos preços, isto devido a não terem conseguido alcançar um alto grau de desenvolvimento tecnológico, (MANTEGA, 1984).

Os argumentos que opõem a teoria cepalina da deterioração dos termos de troca à teoria clássica, se referem à questão dos ganhos de produtividade, pois ocorre exatamente o contrário do que deveria ocorrer em virtude do progresso tecnológico. Os países desenvolvidos elevam o preço dos seus produtos a medida em que obtém ganhos na produtividade, desta forma impondo aos países periféricos os termos de intercâmbio. Isto ocorre, porque conforme aumenta a diferença entre os níveis de produtividade, os produtos das economias centrais se tornam ainda mais caros e mais competitivos do que os produtos oriundos das economias periféricas, (TOLFO, 1994).

Desta forma para que os países mais pobres possam trocar as mesmas quantidades de produtos industrializados, cada vez mais precisarão desembolsar uma quantidade maior de produtos primários. Na periferia, se ocorresse uma elevação nos

níveis de produtividade, esta acabaria por reduzir o nível de preço dos produtos primários, o que acabaria por aumentar a vantagem dos países industrializados na negociação, (TOLFO, 1994).

A explicação para tal situação nos países periféricos, é que o excedente de mão-de-obra pressiona de forma intensa no sentido de uma redução dos salários e dos preços, e por outro lado à estrutura dos mercados dos produtos primários que tenda a ser altamente competitiva, o que acaba por pressionar os preços para baixo. Nos países mais ricos devido à existência de uma estrutura monopolista, esta não permite que a elevação da produtividade resulte em redução dos preços. A existência de sindicatos fortes e organizados dos trabalhadores age no sentido de não permitir que a elevação do progresso tecnológico e dos ganhos de produtividade reduza o salário dos trabalhadores dos países desenvolvidos, o que ocorre é o contrário, o salário aumenta junto com a produtividade do trabalho, BIELSCHOWSKY (1988).

2.4 A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL NA AMÉRICA LATINA E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Para analisar como o comércio internacional afeta a distribuição de renda na América Latina pode-se utilizar o modelo dos fatores específicos de produção. Considerando as evidências apontadas pelo modelo, que assume que existem recursos produtivos que são usados exclusivamente na produção de determinados bens, logo, as possibilidades de produção de uma economia são limitadas pela disponibilidade dos recursos e de tecnologia.

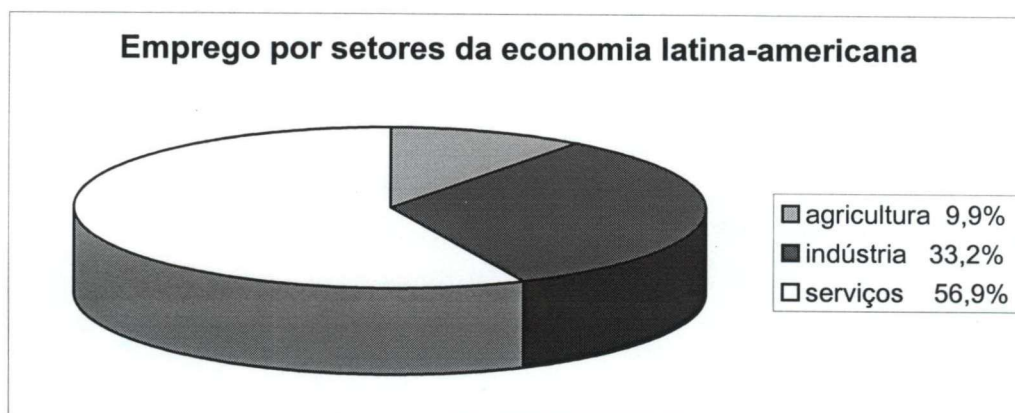
De acordo com o modelo dos fatores específicos, quando ocorre um aumento no preço dos produtos industrializados, ocorre também um aumento proporcional na demanda por trabalhadores, isto porque os produtores destes produtos buscarão ampliar a sua produção, beneficiando-se do maior preço pago. Porém, o salário pago aos trabalhadores aumentará menos que o aumento ocorrido no preço dos produtos industrializados. Verificando em termos de impactos para os trabalhadores,

proprietários de indústrias e proprietários de terra, os efeitos de um aumento no preço dos produtos industrializados, observa-se de acordo com o modelo, que os trabalhadores têm o seu salário reduzido em termos de produtos industrializados e aumentado em termos de alimentos. Porém, se o inverso ocorre, isto é, o preço dos produtos industrializado cai em virtude da entrada de concorrentes externos, o salário dos trabalhadores caem em uma proporção maior que a queda nos preços, desta forma deixando os alimentos mais caros em relação aos seus salários, (KRUGMAN, 2004).

Considerando que a proporção dos trabalhadores na América Latina que atuam no setor das indústrias chega a quase um terço dos trabalhadores, 33,2% em 1990 e 27,9% em 2002, conforme dados do Banco Mundial, os impactos de uma redução dos preços dos produtos industrializados em decorrência da concorrência externa, resultaria em uma redução dos salários e dos empregos de uma considerável parte da população. A conclusão de acordo com os fatores específicos de produção, é que os fatores que são utilizados na produção dos bens concorrentes das importações, perdem com o comércio internacional, no caso da América Latina, os trabalhadores envolvidos na produção dos produtos industrializados e os proprietários destas indústrias.

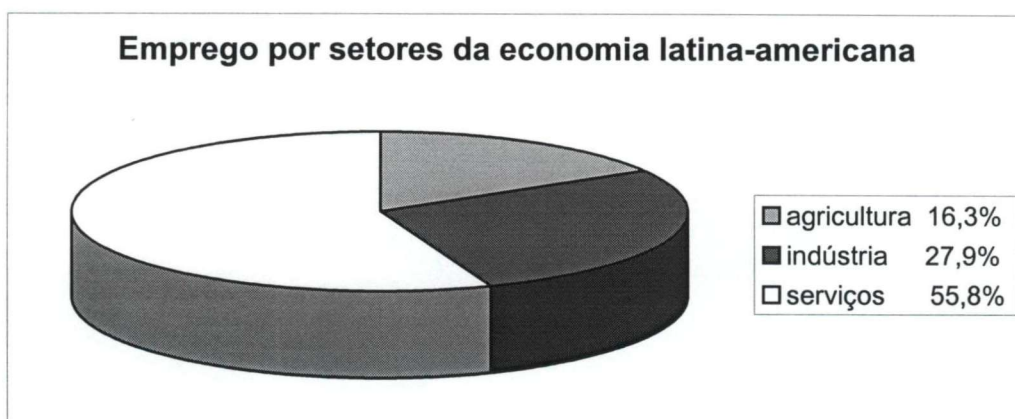
Avaliando os impactos do comércio internacional sobre a economia latina, é relevante tomar em conta a distribuição do emprego nos setores produtivos. Como mostram os gráficos 03 e 04, existe uma predominância de trabalhadores empregados no setor de serviços em relação aos outros setores. No período em estudo, ocorreu um deslocamento de trabalhadores das indústrias para o setor agrícola, sinalizando que a intensificação do comércio da região com os outros países promoveu a busca pela intensificação nas atividades em que existem maiores vantagens produtivas.

GRÁFICO 04: EMPREGO POR SETORES DA ECONOMIA (1990)



FONTE: BANCO MUNDIAL, 2005.

GRÁFICO 05: EMPREGO POR SETORES DA ECONOMIA (2002)



FONTE: BANCO MUNDIAL, 2005.

Se os países que aumentam a sua participação no comércio mundial, conseguirem traduzir esta em crescimento econômico, baseando-se nas exportações dos produtos em que possuem vantagens na sua produção, estes conseguirão reduzir a pobreza. No entanto, para que esta redução perdure no longo prazo, é necessária a obtenção de constantes ganhos de produtividade, mesmo que esta no curto prazo incorra em aumento do desemprego. Para o caso onde os ganhos de produtividade estão baseados na redução da utilização de insumos produtivos.

Quando a intensificação do comércio internacional provoca aumentos nos preços dos alimentos, as famílias pobres perdem com o comércio, principalmente quando se trata de famílias pobres que vivem nas áreas urbanas. Outro agravante para

as famílias pobres é o fato dos produtos exportáveis da região não serem intensivos em trabalho, principalmente o trabalho não-qualificado, e sim em recursos naturais.

TABELA 06: CRESCIMENTO NAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES LATINAS 1990-2000

	Exportações %	Importações %
Argentina	8,3	8,0
Brasil	4,3	7,3
Bolívia	5,6	9,4
Chile	7,6	7,7
Colômbia	6,0	7,3
Equador	5,5	8,4
Paraguai	2,5	3,4
Peru	8,1	8,2
Uruguai	2,7	5,4
Venezuela	5,3	4,2

FONTE: BANCO MUNDIAL

TABELA 07: EXPORTAÇÕES DA AMÉRICA LATINA, EM MILHÕES US\$.

	1990	2000
Argentina	12.353	29.350
Brasil	926	1.573
Bolívia	31.414	73.084
Chile	8.372	21.046
Colômbia	6.766	12.671
Equador	2.714	6.039
Paraguai	959	1.289
Peru	3.230	8.954
Uruguai	1.693	2.198
Venezuela	17.497	23.650

FONTE: BANCO MUNDIAL.

TABELA 08: IMPORTAÇÕES DA AMÉRICA LATINA, EM MILHÕES US\$.

	1990	2000
Argentina	4.076	13.813
Brasil	687	1.613
Bolívia	22.524	50.665
Chile	7.742	19.413
Colômbia	5.590	13.892
Equador	1.861	6.534
Paraguai	1.352	2.079
Peru	2.634	8.470
Uruguai	1.343	2.190
Venezuela	7.335	9.306

FONTE: BANCO MUNDIAL.

Um dos pontos que merecem ser destacados, é que os efeitos do comércio sobre a pobreza dependem de muitos fatores como: ambiente institucional e políticas complementares e principalmente da natureza das medidas de liberalização comercial adotadas. Outra questão importante para o estudo é a correta definição de quem são os pobres e como eles se sustentam, se basicamente de produtos primários ou em grande parte de produtos industrializados, RODRIK (2001).

As políticas complementares à abertura comercial, como os investimentos governamentais em infra-estrutura nas regiões de maior concentração de pobreza, investimentos em capital físico e humano, são de um papel fundamental, fornecendo proteção social para os perdedores com o comércio, principalmente para as famílias que vivem na pobreza. Estas famílias tendem a perder com a intensificação do comércio internacional, se a distribuição de renda em seu país não é igualitária e se os bens em que possuem vantagem para comercializar não são intensivos em trabalho de baixa qualificação. Segundo DOLLAR (2000), os aumentos do comércio entre os países pobres e ricos têm acentuado a desigualdade entre eles, pois os benefícios aos países ricos são proporcionalmente maiores que o benefício aos países pobres. Esta afirmação considera os países ricos como exportadores de produtos industrializados intensivos em capital, tecnologia e mão-de-obra qualificada, e com uma demanda em constante aumento em virtude de aumentos na renda mundial. Pelo outro lado, os países pobres são considerados como exportadores de produtos intensivos em recursos

naturais, com uma demanda limitada e em redução, em virtude de aprimoramentos do processo produtivo nos países desenvolvidos em virtude de inovações tecnológicas.

3 CRESCIMENTO PRÓ-POBRE E A RELAÇÃO COM O COMÉRCIO INTERNACIONAL NA AMÉRICA LATINA

O conceito de crescimento pró-pobre passou a ser comumente utilizado a partir da década de 1990, em virtude de estar implícito nas bases para o crescimento e desenvolvimento mundial, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Mundial (1990) do Banco Mundial. Segundo KAKWANI (2000), uma estratégia para o crescimento, ou o próprio crescimento, pode ser considerado pró-pobre, quando este é criador de empregos e é acompanhado por políticas e programas que buscam reduzir a desigualdade e permitir a geração de renda para as famílias pobres.

De acordo com TOCHETTO (2003), crescimento pró-pobre também pode ser definido como sendo o crescimento que permite que as pessoas pobres possam participar da atividade econômica. Sendo estes beneficiados proporcionalmente mais que os indivíduos não-pobres, em virtude de aumentos generalizados da renda. Desta forma, este tipo de crescimento busca incluir as pessoas pobres na geração do crescimento econômico e na participação dos seus resultados. Podendo assim também ser chamado de crescimento de base ampla.

A importância deste tema nas discussões sobre crescimento econômico, está ligado ao fato de que nem sempre que este ocorre, necessariamente se obtém desenvolvimento no padrão de vida das pessoas. Isto quer dizer que os crescimentos do PIB ou das rendas individuais são muito importantes para a melhoria na qualidade de vida das pessoas, mas para que efetivamente ocorra uma redução no número daqueles vivem na pobreza, é necessário uma prática mais ampla, que envolva instituições que permitam a os pobres ter a cesso a os recursos básicos para uma vida saudável, ao emprego e a educação, SEN (2000).

Este capítulo que trata do conceito e das medidas adotadas para se obter o crescimento pró-pobre está dividido em duas partes. Sendo que a primeira se propõe a demonstrar a relevância do tema perante as instituições multilaterais que atualmente detêm o controle e a organização das áreas envolvidas na consecução desta meta, as quais são: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização das Nações

Unidas. Na segunda parte do capítulo serão apresentados dados obtidos dos órgãos citados, sobre o crescimento e o desenvolvimento da América Latina, e dentro do conceito de crescimento pró-pobre, avaliado seus impactos sobre pobreza na região.

3.1 O CONCEITO DE CRESCIMENTO PRÓ-POBRE NO ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS

Para um entendimento do conceito de crescimento pró-pobre em um sentido mais amplo, é necessário verificar como este é interpretado de acordo com os principais organismos internacionais que analisam a pobreza. Primeiramente será apresentado de acordo com o Banco Mundial, e posteriormente de acordo com a Organização das Nações Unidas e Fundo Monetário Internacional.

Considerando o conceito de crescimento pró-pobre utilizado pelo Banco Mundial, este ocorre quando as políticas voltadas ao crescimento econômico priorizam ações que minimizam a pobreza entre a população. Estas políticas são entre outras, os gastos do governo voltados à promoção da educação básica, saúde e de planejamento familiar, a possibilidade de acesso ao microcrédito, a promoção de pequenas e médias empresas e os investimentos em infra-estrutura nas regiões com alta incidência de pobreza. Segundo SEN (2000), investimentos em capital físico e humano voltados as pessoas que vivem na pobreza, possibilitam o aumento em sua produtividade e também contribuem para que ocorra uma melhora na distribuição de renda no longo prazo. A adoção destas políticas permite uma maior liberdade econômica às famílias mais pobres, o que leva ao crescimento e a redução da pobreza.

Considerando as abordagens sobre pobreza e as formas para a sua redução de acordo com a Organização das Nações Unidas dentro do conceito de crescimento pró-pobre, pode-se mencionar que este está inserido dentro das metas de desenvolvimento para o milênio, e é considerado como fundamental para a redução da pobreza. Estas metas estão basicamente voltadas à redução pela metade do número global de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, reduzir o número de pessoas que sofrem

com a fome, garantir o ensino primário a todos e reduzir em dois terços o número de crianças que morrem antes de completar cinco anos.

O cumprimento destas metas é buscado através de uma política de assistência aos países mais pobres em suas necessidades básicas, como saúde e acesso às tecnologias produtivas. O alívio e o perdão das dívidas externas dos países mais pobres também é uma forma de auxílio na luta contra a pobreza, e juntamente com a busca por um acesso sem restrições no mercado internacional para os seus produtos, procura-se promover as possibilidades de crescimento econômico. Estes objetivos contam com a cooperação das indústrias farmacêuticas internacionais, das empresas privadas e dos fundos credores internacionais como o FMI. Este conjunto de medidas defendido pela ONU convergem com o conceito de crescimento pró-pobre, onde busca-se por um lado fornecer a ajuda ao atendimento das necessidades mais urgentes, e por outro estabelecer as bases para um crescimento econômico voltado à erradicação da pobreza.

O conceito de crescimento pró-pobre utilizado pelo Fundo Monetário Internacional pode ser encontrado em KHAN (2002). Segundo o autor, o crescimento pode ser considerado como um redutor de pobreza quando este é baseado na expansão dos empregos, no aumento da produtividade e este torna possível o acesso a uma fonte de renda às pessoas pobres. O emprego dos recursos públicos para tornar possível um crescimento em favor da redução da pobreza deve ser voltado ao desenvolvimento humano e a construção de uma infra-estrutura que possibilite um crescimento sustentado e estável.

A definição e as políticas sugeridas com vistas à obtenção de um crescimento que traga consigo a redução da pobreza é semelhante entre as instituições multilaterais consideradas neste trabalho. Estas políticas são tidas como essenciais para que o crescimento econômico seja traduzido em benefícios para a classe mais pobre da população. Como descrito em RODRIK (2001), para que realmente ocorra uma redução do número de pessoas que vivem na pobreza, é necessária a existência de políticas complementares ao crescimento econômico, tais como as sugeridas pelas instituições mencionadas.

3.2 ANÁLISE DO CONCEITO DE CRESCIMENTO PRÓ-POBRE NA AMÉRICA LATINA E A RELAÇÃO COM O COMÉRCIO

O conceito de crescimento pró-pobre pode ser analisado de acordo com a busca pela implementação de políticas que tenham por objetivo propiciar um crescimento sustentado e que consiga reduzir a pobreza. A análise das taxas de crescimento da região no período analisado, (TABELA 02), demonstram que ocorreu significativo crescimento econômico, no entanto, a redução na pobreza ocorreu a uma taxa menor. Em termos de proporção da população da América Latina, em 1990, 49 milhões de pessoas viviam abaixo da linha de pobreza, o que representava 11% da população, no final da década esta proporção é de 10,5%, ou seja, 54 milhões de pessoas, de acordo com dados do BANCO MUNDIAL (2005).

De acordo com o estudo “Uma Estratégia Para a Superação da Pobreza na América Latina” PNUD (1992), os principais focos do crescimento pró-pobre já são apontados como fundamentais para a redução da pobreza através do crescimento econômico. O estudo coloca em primeiro lugar que para que um crescimento sustentado ocorra é necessário buscar a estabilidade macroeconômica, buscando desenvolver um setor exportador sólido. Paralelamente, é necessário que a renda das pessoas pobres aumente rapidamente, e o Estado oriente o seu gasto buscando o atendimento das necessidades básicas da população, como saúde, educação, moradia e alimentação.

Outro fator importante para a redução da pobreza segundo o estudo do PNUD, é a promoção por parte do setor público às economias populares. Este apoio ocorreria através do financiamento, assistência técnica e apoio à comercialização. Desta forma seria possível a criação de novas oportunidades de trabalho se beneficiando do crescimento do comércio.

Para agir diretamente sobre a pobreza o estudo do PNUD, aponta como necessário uma política de transferência de renda que propicie aos indivíduos mais pobres a garantia da satisfação das necessidades básicas à vida. Com a intensificação de comércio e o crescimento econômico, mais recursos poderão ser destinados à

redução da pobreza. Como política de médio prazo para a redução da pobreza, os investimentos em educação são fundamentais para a geração de mão-de-obra qualificada, possibilitando que um número cada vez maior de trabalhadores tenha acesso as oportunidades de trabalho criadas em função do aumento do comércio e do crescimento econômico.

CONCLUSÃO

A intensificação do comércio internacional experimentado pela América Latina no período de 1990 a 2000 contribuiu para os elevar os índices de crescimento econômico da região. No entanto, a redução no número de pessoas que vivem na pobreza não ocorreu na mesma proporção. A redução da pobreza nos países latino-americanos é um processo complexo e merece um tratamento diferenciado, pois as discrepâncias entre as economias dos países que compõem a região são grandes e as dificuldades enfrentadas por cada país são singulares. O processo de crescimento econômico da América Latina na década analisada foi considerável, porém, este por si só não conseguiu promover resultados significativos na redução da pobreza.

Segundo as teorias de comércio internacional apresentadas neste estudo, este é benéfico à economia local, possibilitando a obtenção de ganhos através do comércio com os demais países. Porém, a sua relação com a pobreza se encontra na geração do crescimento econômico e dos impactos deste sobre a distribuição de renda no país.

Considerando os apontamentos dos autores citados e utilizados para a realização deste trabalho, o crescimento econômico obtido com a intensificação do comércio internacional pode reduzir a pobreza. No entanto, para que este crescimento econômico seja traduzido em redução da pobreza, este precisa necessariamente ser acompanhado de políticas complementares, como as apresentadas dentro do conceito de crescimento pró-pobre, de atendimento das necessidades básicas e de capacitação de pessoas para o acesso às oportunidades geradas pelo crescimento econômico.

4 REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, RICARDO. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro; IPEA/INPES, 1988.
- BIELSCHOWSKY, RICARDO. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro; Editora Record, 2000.
- DOLLAR, DAVID. **Trade, Growth and Poverty**. Washington, DC, USA; World Bank, 2000.
- FUSFELD, DANIEL R. **A era do economista**. São Paulo; Saraiva, 2001.
- ICONE, INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS. **Rodada de Doha**. Disponível em: <http://www.icone.com.br>. Acesso em (19 Novembro 2006).
- KAKWANI, NANAK. **What is Pro-poor Growth?** Asian Development Review, vol. 18. Asian Development Bank, 2000.
- KHAN, MAHMOOD HASAN. **When Is Economic Growth Pro-Poor?** International Monetary Fund; IMF Institute, 2002.
- KRUGMAN, PAUL, R.; OBSTFELD, MAURICE. **Economia Internacional - Teoria e Política**. São Paulo; Pearson, 2004.
- MANTEGA, GUIDO. **A economia política brasileira**. São Paulo; Polis/Vozes, 1984.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Millennium Development Goals**. Disponível em: <http://www.un.com>. Acesso em (6 Setembro 2006).
- PNUD. **Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: indicadores brasileiros**. Brasília; IPEA, 1998.
- PNUD. **Uma estratégia para a superação da pobreza na América Latina**. México; Revista Comércio Exterior, 1992.
- RICARDO, DAVID. **Princípios de economia política e de tributação**. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.
- ROCHA, SÔNIA. **Pobreza no Brasil: Afinal de que se trata?** Rio de Janeiro; Editora FGV, 2003.

RODRIK, DANI. **Globalization, Trade and Poverty**. Washington, DC, USA; World Bank, 2001.

SEN, AMARTYA. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo; Companhia da Letras, 2000.

TOCHETTO, DANIELA G. **Crescimento pró-pobre no Brasil: uma análise exploratória**. Rio Grande do Sul; UFRGS, 2003.

TOLFO, ROGÉRIO V. **O desenvolvimentismo e a Teoria da CEPAL**. Rio Grande do Sul; PUCRS, 1994.

ÚNICA. **A produção de açúcar no Brasil**. Disponível em: http://www.única.com.br/pages/única_perfil4.asp. Acesso em (14 Maio 2006).

WINTERS, ALAN. **Trade and Poverty: Is There a Connection?** Washington, DC, USA; World Bank, 1990.

WORLD BANK. **World development indicators**. Washington, DC, USA; World Bank, 2005.

WORLD BANK. **Poverty indicators**. Disponível em: <http://www.worldbank.com>. Acesso em (14 Maio 2006).